

Dentro da distribuição de Capítulos adotada pela Consolidação, nota-se que se preferiu reunir todos os programas e campanhas num capítulo específico.

2. Inserções de novos dispositivos legislativos (onde couber ou de acordo com as disposições capitulares sugeridas abaixo)

Dos indicadores e do controle social do sistema de saúde municipal	
Legislação	Ementa
LEI 13.952 DE 23 DE MARÇO DE 2005	
LEI Nº 14.173, DE 26 DE JUNHO DE 2006	Institui a prestação trimestral de contas, na esfera de cada Subprefeitura, por parte do gestor do Sistema Único de Saúde. Estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município de São Paulo e dá outras providências.

-- O Capítulo III desta Lei refere-se especificamente à saúde pública municipal.

LEI Nº 15.198, DE 18 DE JUNHO DE 2010 Define a forma de apresentação do Relatório de Prestação de Contas e de Gestão Municipal da Saúde e dá outras providências.

Da contratação e gestão de pessoal da rede municipal de saúde	
Legislação	Ementa
LEI Nº 13.970, DE 5 DE MAIO DE 2005	Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e das Subprefeituras, para o exercício de atividades ligadas ao controle do Aedes Aegypti e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU-192.
LEI Nº 14.131, DE 12 DE JANEIRO DE 2006	Dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretária Municipal da Saúde e das Subprefeituras, para o exercício de atividades ligadas ao controle do Aedes Aegypti.
LEI Nº 14.142, DE 3 DE ABRIL DE 2006	Acrescenta alínea "c" ao § 1º do art. 3º da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, e dispõe sobre novas contratações de pessoal, por tempo determinado, nas hipóteses que especifica.
LEI Nº 14.159, DE 16 DE MAIO DE 2006	Dispõe sobre o pagamento da ajuda de custo que especifica aos agentes de campo que vierem a atuar em campanhas de imunização ou campanhas emergenciais de saúde pública; acrescenta o inciso XI ao art. 2º da Lei nº 10.513, de 11 de maio de 1988.
LEI Nº 14.503, DE 25 DE SETEMBRO DE 2007	Confere nova redação ao art. 10 da Lei nº 10.912, de 20 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº 11.743 e nº 11.744, ambas de 11 de abril de 1995; dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, para o exercício das atividades que especifica.
LEI Nº 14.639 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007	Acrescenta parágrafo 3º ao artigo 3º da Lei nº 10.793/89, que regula a contratação por tempo determinado, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público.
LEI Nº 14.713, DE 4 DE ABRIL DE 2008	Dispõe sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Saúde, a reconfiguração das carreiras dos níveis superior e médio do referido Quadro, a instituição de novo plano de carreiras e do Prêmio de Produtividade de Desempenho a ser concedido aos servidores que especifica, a cessação da vantagem pecuniária que discrimina, a alteração dos dispositivos das Leis nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004, e nº 14.591, de 13 de novembro de 2007, e a alteração do valor das gratificações que especifica.

-- Lei 14715/2008 altera esta lei;

-- Lei 14.876/2009 altera esta lei.

LEI Nº 14.876, DE 5 DE JANEIRO DE 2009	Dispõe sobre a alteração de dispositivos das Leis nº 13.271, de 5 de janeiro de 2002, nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nº 14.660, de 26 de dezembro de 2007, nº 14.709, de 3 de abril de 2008, nº 14.713, de 4 de abril de 2008, e nº 14.715, de 8 de abril de 2008, e a contratação de pessoal, por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e Autarquia Hospitalar Municipal.
LEI Nº 14.963, DE 20 DE JULHO DE 2009	Dispõe sobre a inclusão de fisioterapeutas nas equipes multidisciplinares e multiprofissionais em programas de assistência à saúde no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Das condições gerais de atendimento e acompanhamento dos usuários do sistema municipal de saúde	
Legislação	Ementa
LEI Nº 13.998, DE 10 DE JUNHO DE 2005	

LEI Nº 14.001, DE 10 DE JUNHO DE 2005
LEI Nº 14.413, DE 31 DE MAIO DE 2007
LEI Nº 14.458, DE 2 DE JULHO DE 2007
Do atendimento a doadores de órgãos

Legislação	Ementa
LEI Nº 14.000, DE 10 DE JUNHO DE 2005	Dispõe sobre a garantia de atendimento médico periódicos aos pacientes que já doaram órgãos, e dá outras providências.
Das campanhas e programas preventivos	
Legislação	Ementa
LEI Nº 13.285, 9 DE JANEIRO DE 2002	Cria o Programa de Prevenção ao Diabetes e à Anemia Infantil, na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.
LEI Nº 14.027, DE 8 DE JULHO DE 2005	Institui palestras de conscientização da importância da doação de sangue nas escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.
LEI Nº 14.074, DE 21 DE OUTUBRO DE 2005	Institui no âmbito de cada Unidade Básica de Saúde (UBS) o atendimento especializado na prevenção de câncer e dá outras providências.
LEI Nº 14.080, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005	Dispõe sobre a avaliação oftalmológica, auditiva e bucal dos estudantes da rede municipal de ensino, e dá outras providências.
LEI Nº 14.248, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2006	Institui as Semanas de Conscientização sobre a Síndrome da Laje, nas escolas, creches, subprefeituras e hospitais da rede municipal de São Paulo.
LEI Nº 14.409, DE 22 DE MAIO DE 2007	Cria o Programa Municipal de Atividade Física - AGITA SAMPA, e dá outras providências.
LEI Nº 14.430, DE 12 DE JUNHO DE 2007	Institui o Programa de Combate à Proliferação de Ratos, no âmbito do Município de São Paulo.
LEI Nº 14.450, DE 22 DE JUNHO DE 2007	Institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcolóica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes, no âmbito do Município de São Paulo.

LEI Nº 14.680, DE 30 DE JANEIRO DE 2008
LEI Nº 14.682, DE 30 DE JANEIRO DE 2008
Dispõe sobre a realização de palestras de conscientização sobre a importância da doação de órgãos nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Institui no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde e dá outras providências.

LEI Nº 14.758, DE 3 DE JUNHO DE 2008
LEI Nº 14.759, DE 3 DE JUNHO DE 2008
Dispõe sobre a Campanha Permanente de Educação Postural nas Escolas de Ensino Fundamental no Município e dá outras providências. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Prevenção e Combate à Cisticerose, a ser implantado em todas as escolas e creches do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI Nº 14.846, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008
LEI Nº 14.903, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2009
LEI Nº 14.904, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2009
LEI Nº 14.958, DE 16 DE JULHO DE 2009
LEI Nº 14.959, DE 16 DE JULHO DE 2009
LEI Nº 14.960, DE 16 DE JULHO DE 2009
Dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no Município de São Paulo e dá outras providências. Institui o Programa de Prevenção à Gravidez Precoce no Município de São Paulo. Dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega do cartão SUS aos alunos atendidos pelo Programa Aprendendo com Saúde. Institui o Programa de Divulgação dos Serviços relativos à Saúde da Mulher e dá outras providências. Dispõe sobre a realização da campanha sobre o uso excessivo e o consumo consciente do sal no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras provi-dências.

LEI Nº 14.482, DE 16 DE JULHO DE 2007	Altera a Lei nº 12.352, de 13 de junho de 1997, e dá outras providências.
Da qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.132, DE 24 DE JANEIRO DE 2006	Dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais.
-- alterada pela Lei 14.482, DE 16 DE JULHO DE 2007	
-- alterada pela Lei 14.669 de 14 de janeiro de 2008	
LEI Nº 14.664, DE 4 DE JANEIRO DE 2008	Altera dispositivos e acresce os arts. 7º-A, 7º-B e 7º-C à Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais; e cria os cargos de provimento em comissão que especifica.

Dos incentivos à implantação de hospitais	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.242, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006	Dispõe sobre a concessão de incentivos à implantação de hospitais.
Da vigilância sanitária	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.249, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2006	Proíbe a comercialização dos produtos que especifica nas cantinas das escolas da rede municipal de ensino, cria o Programa de Merenda Escolar Ecológica, e dá outras providências.
LEI Nº 14.476 DE 11 DE JULHO DE 2007	Dispõe sobre a proibição de comercialização de produtos de limpeza em desacordo com as especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
LEI Nº 14.486, DE 19 DE JULHO DE 2007	Dispõe sobre a obrigatoriedade de desinsentização periódica nos veículos utilizados na prestação do serviço de transporte coletivo público de passageiros do Município de São Paulo.

LEI Nº 14.621, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007	Altera o art. 1º da Lei nº 13.945, de 7 de janeiro de 2005.
Da saúde neonatal	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.419, DE 31 DE MAIO DE 2007	Torna obrigatória a realização de diagnóstico de audição (audiometria) em recém-nascidos, nas unidades da rede municipal de saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências.
LEI Nº 14.966, DE 21 DE JULHO DE 2009	Estabelece diretrizes a serem observadas no atendimento ao recém-nascido pré-termo elou de baixo peso, denominadas de Programa Mãe Canguru, e dá outras providências.
Da propaganda institucional e divulgação de informações da rede municipal de saúde	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.421, DE 31 DE MAIO DE 2007	Determina a exposição em todas as Unidades Básicas de Saúde de cartaz informativo sobre a distribuição gratuita de medicamentos.
LEI Nº 14.721, DE 15 DE MAIO DE 2008	Dispõe sobre obrigatoriedade de fixação de quadro informativo com nome, registro e especialidade de profissional médico nos lugares em que especifica e dá outras providências.
LEI Nº 14.959, DE 16 DE JULHO DE 2009	Institui o Programa de Divulgação dos Serviços relativos à Saúde da Mulher e dá outras providências.
-- apesar de se referir a um programa, esta lei remete diretamente à divulgação permanente de recursos da rede municipal.	
LEI Nº 15.199, DE 18 DE JUNHO DE 2010	Dispõe sobre a afixação obrigatória, nos locais e nas condições que estabelece, da lista de medicamentos na Rede Pública Municipal de Saúde para a população em geral.

Da inclusão de conteúdo programático no currículo escolar	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.420, DE 31 DE MAIO DE 2007	Dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino.
Da saúde do trabalhador	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.641 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007	Dispõe sobre a criação do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho
Da estrutura e atribuição das unidades da rede municipal de saúde	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.669, DE 14 DE JANEIRO DE 2008	Altera a estrutura e as atribuições das Autarquias Hospitalares Municipais Regionais; introduz modificações na Lei nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002, e na Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006; dispõe sobre a denominação e a forma de provimento dos cargos em comissão que especifica; atribui competência à Procuradoria Geral do Município para representar judicialmente o Instituto de Previdência Municipal - IPREM.

Dos usos do espaço nas unidades de saúde municipal	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.670, DE 14 DE JANEIRO DE 2008	Garante a destinação de espaço físico para o desenvolvimento de atividades comunitárias e de promoção à saúde, nas unidades de saúde que especifica, e dá outras providências.

Das ambulâncias e dos demais meios de transporte da rede municipal de saúde	
Legislação	Ementa
LEI Nº 14.909, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do sistema de rastreamento por GPS e monitoramento nas ambulâncias da rede de saúde pública do município de São Paulo e dá outras providências.

Do atendimento de emergência em locais de grande circulação de pessoas	
Legislação	Ementa
LEI Nº 13.945, DE 7 DE JANEIRO DE 2005	Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1500 ou mais pessoas, e dá outras providências.

3. Supressão de leis		
Supressão das seguintes leis:		
Legislação	Ementa	Motivo
LEI Nº 11.757	12/05/1995	Institui o Dia Municipal de Prevenção da Hipertensão Arterial, e dá outras providências. Lei 14485/2007 revoga esta lei.
LEI Nº 11.852	13/07/1995	Dispõe sobre a implantação de consultórios odontológicos em todas as escolas e creches sob a supervisão e administração da Lei 13533/2003 revoga esta lei. Prefeitura do Município de São Paulo, e dá outras providências.

LEI Nº 13.456, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002
Dispõe sobre a utilização da Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 - Código Sanitário do Estado de São Lei 13725/2004 revoga esta lei. Paulo - pelos serviços municipais de vigilância, e dá outras providências.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mu-lher, 06/10/10.

José Ferreira Zelão - PT - Presidente
Jamil Murad – PCdoB - Relator
Juliana Cardoso – PT
Milton Ferreira – PPS
Natalini - PSDB
Noemi Nonato – PRB
Sandra Tadeu – DEM
EXTRATO DA ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

Aos vinte dois dias do mês de setembro de 2010, com início às 13 horas, no Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade, realizou-se a décima sétima reunião desta Comissão. Sob a presidência do nobre Vereador José Ferreira Zelão e com a presença dos senhores Vereadores Jamil Murad, Natalini, Noemi Nonato e Sandra Tadeu. A reunião tinha como pauta a apreciação de documentos recebidos na Comissão 1) do Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus 2) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Foram aprovados os seguintes requerimentos para que seja oficiado o Executivo solicitando informações a respeito da Unidade Básica de Saúde Jardim IV Centenário e Jardim Imperador e a respeito das provi-dências determinadas pelo TCM no sentido de sanar problemas no sistema administração da regulação de vagas internação, consultas e exames na rede municipal de saúde. A Comissão aprovou ainda a convite à Secretaria Municipal de Saúde e as Organizações Sócias para prestarem esclarecimentos a respeito dos problemas apresentados pelo Conselho Gestor de Saúde de São Mateus. E Por fim aprovou o requerimento verbal apresen-tado pelo Vereador Jamil Murad que requereu a desconvocação da reunião ordinária marcada para o dia 29 de setembro. Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos desta comissão. E ficam desde já todos convocados para pró-xima reunião ordinária a ser realizada no dia 06 de outubro, às 13 horas, no Salão Nobre, 8º andar. E, para constar, eu, Ana Lúcia de Oliveira Sousa, e, eu, João Carlos Dias Chaves lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os membros e por nos subscrita.

EXTRATO DA ATA DA DÉCIMA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MU-LHER – SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2010, com início às dezesseis horas no Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade, realizou-se a décima quarta audiência pública desta Comissão, sob a presidência do nobre Vereador José Ferreira Zelão. A Audiência Pública teve como temas Criação e Adolescente, Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador com a discussão dos Projetos de Lei 520/2009, 763/2009, 555/2009 e 178/2010. Foi concedida a palavra aos representantes dos autores dos projetos em tela. Foi aberta a palavra aos inscritos, para manifestação. Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da Comissão. E, para constar, eu, Ana Lúcia de Oliveira Sousa, e, eu, João Carlos Dias Chaves lavramos a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelo presidente e por nos subscrita.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PAUTA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2010
Data: 13/10/10

Local: Sala Tiradentes - 8º andar

Horário: 14:00 horas

1.PL 060/10 Marta Costa (DEM)

Dispõe sobre a inclusão na Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, da instituição de Semanas de Estudo e Conscientização dos Ma-lefícios da Medicalização - uso excessivo de medicamentos - no Município de São Paulo e dá outras providências.

2.PL 128/06 Toninho Paiva (PR)

Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13.274 de 04 de janeiro de 2002 e dá outras providências - referente a gratificação por desenvolvimento educacional.

3.PL 152/10 Antônio Carlos Rodrigues (PR)

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento Carnaval de Rua de Cidade Ademar, a ser realizado anualmente no domingo de carnaval, e dá outras providências.

4.PL 166/10 Gilson Barreto (PSDB)

Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento Corrida de Pedestres do Bairro do Tatuapé, a ser reali-zado anualmente no mês de setembro, e dá outras providências.

5.PL 434/08 Eliseu Gabriel (PSB)

Dispõe sobre a alteração da denominação do Parque Municipal Prefeito Mário Covas, situado na Avenida Paulista, nº 1.853, subprefeitura de Pinheiros, e dá outras providências. (passa a denominar-se Parque Municipal René Thiollier)

6.PL 678/96 Arselino Tatto (PT)

Denomina Praça Odeonde dos Santos Araujo, atual Praça inominada, localizada na Av. Chão de Estrelas em frente ao 43-D, Parque Planalto, Regional Capela do Socorro, e dá outras providências.

7.PL 743/07 Donato (PT)

Determina que a Municipalidade garanta atendimento em pe-riodo integral a todos os alunos matriculados nas EMEIs.

8.PL 743/09 Gilson Barreto (PSDB)

Denomina “CEU Azul da Cor do Mar - Professor Jossei Toda” o Centro de Educação Unificado inominado localizado no distrito de Itaquera. (localizado na Rua Ernesto de Souza Cruz, 2171 - Cidade A. E. Carvalho)

9.REQUERIMENTO 19/10 Cláudio Fonseca (PPS)

“RQUEIRO, na forma regimental, e para melhor embasar meu parecer, o retorno do processo [PL 173/10, que ‘Dispõe sobre a inclusão do Tópico de Estudo e Discussão sobre Política, Ética e Cidadania em matéria da grade curricular do Ensino Funda-mental, e dá outras providências.] ao Executivo Municipal, a fim de que se manifeste acerca da viabilidade da matéria e de seu impacto no orçamento do município.”

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

Debate sobre a “Qualidade do Ar e Saúde Pública”

Data : 13/10/10

Local: Salão Nobre - 8º andar

Horário: 13:00 h

DECISÃO DE MESA Nº 943/10

Virna Yuka Iwakura – RF 10962

Comissionamento – Proc. 999/10

Considerando os termos do Ofício nº 069/AGU, em que a D. Advocacia Geral da União solicitou a cessão de servidora desta Edilidade, para que esta tenha exercício na Procuradoria-Sectional da União em Santa Maria/RS, Considerando que o Ato nº 1304/08, art. 7º, § 1º, inciso VI, estabecece que “na hipótese de afastamento sem prejuízo de vencimentos ou salários, a expressa responsabilidade do órgão ou ente onde o servidor estiver prestando serviços pelo reembolso da contribuição devida pela Câmara, correspondente ao dobro da contribuição do servidor, incidente sobre sua remuneração no cargo ou função de origem (...)”, Considerando ter a servidora se comprometido a arcar com o ônus da contribuição previdenciária em sua totalidade, cf. fl. 16 dos autos, Considerando, ainda, as manifestações contidas nos Pareceres de nº 244 e 256/10 da D. Procuradoria desta Casa, A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no art. 45 da Lei nº 8989/79, AUTORIZA o afastamento da servi-

dora Virna Yuka Iwakura, Técnico Administrativo, referência QPL-18, RF 10962, para a Advocacia Geral da União, com prejuízo de funções e sem prejuízo dos vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo, e DETERMINA aos setores compe-tentes que seja efetuado ainda em folha o desconto do valor da contribuição previdenciária a cargo da Câmara sobre a remunera-ção da servidora.

DECISÃO DE MESA Nº 944/10

Proc. 987/00

Considerando o Parecer do Setor Judicial da Procuradoria de fls. 1377 e 1378 dos presentes autos, bem como os documentos acostados às fls. Subseqüentes; Considerando a condenação do Sr. Willians José Izar, obtida no bojo da Ação Penal nº 1491/03, confirmada pela 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade, relacionado aos fatos apurados por este inquérito; Considerando o Parecer da Comissão Processante Disciplinar à fl. 1428, o qual recomenda a reabertura deste inquérito admini-strativo, nos termos do artigo 23, parágrafo único, do Ato nº 661/99, diante de tal condenação penal; Considerando o Parecer da Comissão Processante Disciplinar à fl. 1428, o qual recomenda a reabertura do inquérito administrativo, nos termos do artigo 23, parágrafo único, do Ato nº 661/99, com prazo de 90 dias para o oferecimento de novo relatório pela Comissão, per-mitindo, durante este prazo, a manifestação do acusado acerca das novas provas em respeito aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, à vista dos elementos constantes dos presentes autos, acolhe a recomendação da Comissão Processante Disciplinar de fl. 1428 e DETERMINA a reabertura do inquérito administrativo nos autos do Processo Administrativo nº 987/00, nos termos do pa-rágrafo único do artigo 23 do Ato nº 661/99, com prazo de 90 dias para o oferecimento de novo relatório pela Comissão, per-mitindo, durante este prazo, a manifestação do acusado acerca das novas provas em respeito aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA

PORTARIA 33642/10

EXONERANDO, a pedido, EMILIA ANTONIETA PASSARELA, registro 27648, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33643/10

EXONERANDO, a pedido, ERIKA EMI OIDE, registro 28654, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33644/10

EXONERANDO, a pedido, FATIMA PACHECO DE CASTRO, reg-istro 28648, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33645/10

EXONERANDO, a pedido, MARIA JOSE DE ANDRADE FILHA, registro 28647, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33646/10

EXONERANDO, a pedido, VERA LIA BERTHLING MELLO, registro 28000, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33647/10

EXONERANDO, a pedido, YOSHIE OIDE PESTANA, registro 27906, do cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, do 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33648/10

NOMEANDO ANDREA RODRIGUES DA SILVA, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33649/10

NOMEANDO LAURA NAGASHIMA MILANELLO, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33650/10

NOMEANDO LEANDRO LEONARDO DE MORAES, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33651/10

NOMEANDO LOURDES AVELAR CORREA, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33652/10

NOMEANDO LUIS CESAR COSTA, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33653/10

NOMEANDO SERGIO MOREIRA MIRANDA, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 33654/10

NOMEANDO SERGIO RICARDO LUCCAS TORRES, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, referência QPLC-2, no 55º Gabinete de Vereador.

SECRETARIA GERAL ADMINISTRATIVA

PORTARIA 248/10

DESIGNANDO MARCOS ANTONIO LEÔNIDAS, Técnico Adminis-trativo, referência QPL-18, registro 10910, para substituir JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS, Técnico Administrativo, referência QPL-18, registro 10963, na função de Supervisor de Equipe de Finalização do Processo Legislativo – SGP.23, referência FG-2, enquanto durar seu impedimento, por férias de 15 (quinze) dias, a partir de 14 de outubro de 2010.

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

ATO 1127/10

Aprova Tabelas de Temporalidade Documental da Câmara Muni-cipal